

O agronegócio é o seguinte

PAC, Farm Bill e OMC

O GOVERNO anunciou o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). São R\$ 503,9 bilhões para serem aplicados em obras de infra-estrutura nos próximos quatro anos. Se funcionar, a taxa de investimento em relação ao Produto Interno Bruto passa de 19,5% para 22%. Apesar da opinião pública receber a notícia com uma certa dose de ceticismo, existe o lado positivo de retomar as discussões em torno do desenvolvimento nacional. O Brasil, infelizmente, não tem conseguido uma taxa de crescimento de acordo com os anseios da sua sociedade.

Na área do agronegócio, o PAC tem seus impactos, sejam diretos ou indiretos. A infra-estrutura é um dos grandes gargalos que impedem o setor de melhorar a sua competitividade a médio e longo prazos e de superar a marca de US\$ 50 bilhões nas exportações deste ano. São conhecidos os problemas de armazenagem, transporte e portos.

Pelo menos sete pontos mereceriam um plano mais detalhado e com metas específicas: pesquisa-desenvolvimento, desoneração tributária, seguro rural, defesa sanitária, agregação de valor, agroenergia e negociação internacional. Um desafio de ordem coletiva e não individual para o governo e para as lideranças do setor.

E vem aí a Farm Bill versão de 2007. O documento já está em discussão no Congresso norte-americano. Em período recente, o orçamento do programa foi às alturas junto com os subsídios:

1. no Federal Agricultural Improvement and Reform Act (FAIR Act), assinado em 4 de abril de 1996, que terminou em 30 de setembro de 2002, com duração de quase sete anos;
2. na Farm Security and Rural Investment Act of 2002 (Farm Bill 2002), em vigor a partir de 13 de maio de 2002;

Com expectativa de se chegar a uma definição entre março e abril, depois de muitas idas e vindas, as atenções se voltam para a Rodada Doha, iniciada em 2001, na Organização Mundial do Comércio (OMC). A pergunta bá-

sica é se a Farm Bill proposta, considerada um esboço de como o governo norte-americano pretende tratar a agricultura nos próximos anos, ajudará ou não os trabalhos na OMC.

Diante de um cenário de melhores preços no mercado internacional e a expectativa de menores volumes nos subsídios, os cortes sugeridos foram tímidos e decepcionaram à primeira vista.

Em contrapartida, o discurso do presidente Bush e a proposta dos EUA de montar uma parceria com o Brasil com o objetivo de promover o etanol como *commodity* mundial, trouxe entusiasmo internamente. Se os passos forem seguros nessa direção, abre-se um de céu de briga-deiro para o agronegócio brasileiro. Será uma oportunidade de ouro. Serão beneficiados não apenas a indústria sucroalcooleira, mas a produção de milho e de soja, que representam quase 80% da safra nacional.

É claro que o País não pode deixar de fazer sua lição de casa. A questão da biossegurança não é conduzida com a firmeza necessária para dar credibilidade externa e sinalizar o caminho desejado pelo Brasil no setor. Não se pode repetir no algodão e no milho os percalços sofridos na soja. A imagem de uma área estratégica será arranhada, e os investimentos desestimulados ainda mais. Enquanto isso, a área plantada com organismos geneticamente modificados passa da casa de 100 milhões hectares no mundo.

Se bons tempos se avizinham para o agronegócio, a conta a ser prestada de um passado recente desfavorável é elevada. A safra de grãos está próxima de um novo recorde, os segmentos de insumos e máquinas esperam recuperar as perdas e as quedas nas vendas. As tendências de produção apontadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ratificam esse movimento. Os desdobramentos dos próximos meses no PAC, na Farm Bill e na OMC serão cruciais para eliminar as incertezas de uma mera recuperação de curto prazo e sem sustentação futura. ■